

Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Reflexão sobre a Atividade nos Estados de Goiás, Roraima e São Paulo

Gílson de Lima Garófalo
Universidade de Sao Paulo
Jean Carlos Vieira dos Santos
Universidade Estadual de Goiás
Terezinha Filgueiras de Pinho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Recibido: 7/9/2012 • Aceptado: 1/10/2012

Resumo

Políticas públicas constituem ações governamentais, com a participação do setor empresarial, mobilização de segmentos representativos da população, buscando benefício à coletividade. Representam articulações harmônicas envolvendo intersetorialidade de órgãos governamentais e, também, destes com a iniciativa privada visando o bem comum. Este o sentido em conceber uma política pública voltada ao turismo incorporando regras, diretrizes, regulamentações, diretivas, estratégias, aliada a objetivos desenvolvimentistas e promocionais fornecedores da estrutura em que sejam tomadas decisões coletivas e individuais que

afetam essa atividade no sentido que uma destinação possa representar. Esta contribuição se estrutura com a finalidade de refletir sobre políticas públicas de turismo no Brasil, a maneira como o governo vem incentivando a regionalização desse setor. O enfoque está voltado a três Estados com características bastante diversificadas no país: Goiás, Roraima e São Paulo enfocando ações turísticas específicas direcionadas a estas realidades tão diferentes. Essa “roteirização” (destinos turísticos) possui nomes diferentes, isto é, em Goiás, “Região”, em São Paulo, “Circuito” e, em Roraima, “Pólo”. A valorização da questão ambiental será estudada na prática dessa atividade bem como as definições das vocações e potencialidades em cada uma dessas regiões.

Palavras Chave

Políticas públicas; políticas de turismo regional; turismo e meio ambiente



Resumen

Las políticas públicas son las acciones del gobierno, con la participación del sector empresarial y la movilización de los sectores representativos de la población buscan beneficiar a las comunidades. Esta contribución se estructura con el fin de pensar en las políticas públicas de turismo en Brasil, la forma en que el gobierno está alentando la regionalización de este sector. El enfoque se dirigió a tres estados con características muy diversas en el país: Goiás, Roraima y Sao Paulo, los cuales se centran en las actividades turísticas específicas dirigidas a estas realidades tan diferentes. Este *routing* (destinos turísticos) en el país gana nombres diferentes: en Goiás, que se conoce como *región*; en Sao Paulo, como un *circuito* y, en Roraima, se denomina *polo*. El aumento en el valor de la cuestión ambiental se estudia en la práctica de esta actividad así como la definición de las vocaciones y potencialidades de cada una de estas regiones.

Palabras claves: Brasil, políticas públicas, políticas regionales de turismo, turismo y medioambiente

Abstract

Public policies are government actions, with the participation of the business sector, and mobilization of representative segments of the population, seeking to benefit the communities. This contribution is structured with the purpose of thinking about public tourism policies in Brazil, the way as the government is encouraging the regionalization of this sector. So, the approach is turned to

three States with very diverse characteristics in the country: Goiás, Roraima and Sao Paulo focusing on particular tourist activities directed to these realities so different. This “routing” (tourist destinations) in the country earn different names, that is, in Goiás it is known as “Region”, in Sao Paulo as a “Circuit” and, in Roraima, is called “Pole”. The increase in value of the environment question will be studied in the practice of this activity as well as the definitions of the vocations and potentialities in each one of these regions.

Keywords

Brazil; public policies; regional tourism policies; tourism and environment

Introdução

A consolidação do turismo a nível mundial ocorre no século XXI quando a atividade se democratiza, transforma e passa a integrar o modo de vida da maior parte dos países. Até recentemente, o turismo circunscrevia-se à Europa Ocidental e à América do Norte, tanto em termos de origens como de destinos sendo que, atualmente, alarga-se a todos os continentes (Cunha, 2006: p. 55-60). Nesse prisma, Vieira (1997: p.137) destaca que “dentro de cada país, é a nível regional e local que o turismo se manifesta com maior impacto e com efeito multiplicador no processo de desenvolvimento econômico e social mais significativo”.



Neste contexto, o presente trabalho discutirá as políticas públicas do setor no Brasil a partir da criação do Ministério do Turismo - Mtur (Lei 10.683, de 28/05/2003), particularizando a atenção para os estados de Goiás, Roraima e São Paulo.

Seguindo-se à criação do Ministério do Turismo, foi implantado o Plano Nacional do Turismo (PNT), depois atualizado para o período 2007-2010, visando valorizar as diversidades regionais, criando um produto marcado pela brasilidade, assim fomentando o turismo doméstico e a valorização do mercado brasileiro no exterior. Neste contexto, o Ministério do Turismo (2004, p. 07) cita que “em 2003, ao criá-lo, o Presidente da República ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País”. Como resposta a essa orientação:

[...] em abril do mesmo ano, após consulta à sociedade, foi lançado o Plano Nacional de Turismo, baseado em: parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados/produtos/destinos; inovação na forma e conteúdo das relações e interações dos arranjos

produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento turismo interno; e o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social (Ministério do Turismo, 2004, p. 07).

Um ano após o lançamento do Plano Nacional, o MTUR apresentou o “Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil”, pautado nas orientações do PNT. O diálogo nacional, promovido e coordenado pelo Ministério no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, e pelos governos estaduais, apoiados nos Fóruns Estaduais de Turismo, reflete-se na construção do Programa, caracterizada pela “participação de representantes do trade turístico, da área acadêmica, e com inclusão de organizações de agricultores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas”.

Sobre a gestão do programa, o MTUR destaca: O modelo de gestão adotado pelo Mtur está voltado para o interior dos municípios do Brasil, para as riquezas ambientais, materiais e patrimoniais, e para as populações, em contraponto aos prejuízos impostos pela modernização. Esse propósito pode ser alcançado pela gestão compartilhada, pelo planejamento nacional construído a partir das



especificidades locais com enfoque no desenvolvimento regional (Ministério do Turismo, 2004, p. 08).

O Mtur (2004: p. 09) enfatiza que, por meio de “oficinas de planejamento e de definição de estratégias para implementação do Programa de Regionalização do Turismo, realizadas nas Unidades da Federação, foram identificadas 219 regiões turísticas no Brasil”, porém os órgãos oficiais de turismo dos estados, com o apoio do referido Ministério, trabalham para essa etapa 134 regiões. Nestas foram desenvolvidos 451 produtos turísticos, contemplando 959 municípios/distritos (Ministério do Turismo, 2004: p. 01). Essa roteirização (destinos turísticos) ganha nomes diferentes pelo país, isto é, em Goiás é a *Região*, em Roraima, *Pólo* e, em São Paulo, é denominado *Circuito*.

A idéia era abrir um leque de opções turísticas dentro do país, mas para isso, seria preciso qualificar a oferta turística e criar estratégias para apresentação, promoção e organização das regiões turísticas, principalmente, em Estados como Goiás e Roraima, onde poucas paisagens podem ser consideradas turísticas ou com potencial suficiente para o desenvolvimento desse setor.

O Programa considera a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica como fatores imprescindíveis ao sucesso da atividade turística e como um dos pilares da Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Nessa literatura, a sustentabilidade é entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente.

No contexto da sustentabilidade as vantagens das políticas públicas do MTUR seriam: diferenciação dos produtos e criação de base sólida na competição em termos de valores e de rentabilidade em longo prazo; aumento dos ciclos de vida dos produtos e destinos; criação de cadeias produtivas locais com produtos de valor agregado que proporcionem um crescente aumento na geração de renda para as economias locais; fortalecimento da participação dos atores; desenvolvimento de estratégias de incremento agrícola local; fortalecimento da cidadania e da sensibilização da população local sobre o desenvolvimento de produtos com base sustentável; criação de redes solidárias de turismo inclusivo; e manutenção/melhoria da qualidade dos recursos naturais e,



consequentemente, das condições de vida da sociedade.

A valorização da questão ambiental é um diferencial na prática da atividade turística, pois se torna fundamental considerar a adequação dos serviços básicos, como a destinação do lixo, o esgotamento sanitário, a suficiência de equipamentos e o abastecimento de água. São necessárias medidas preventivas para garantir uma relação saudável e respeitosa entre o turismo e os recursos naturais. Planejamento, ordenamento das ações do homem sobre o meio ambiente, estudos de capacidade de suporte, monitoramento do impacto da visitação nos destinos e atrativos turísticos e educação voltada para o meio ambiente das comunidades envolvidas são fundamentais (Ministério do Turismo, 2004, p.14).

Políticas públicas de turismo nos Estados de Goiás, Roraima e São Paulo

Caso Goiás: priorizando o turismo verde e a natureza

Pensando o Estado de Goiás, Della Mônica (1999: p. 87) destaca ser o Centro-Oeste região interessante porque as comunidades ainda praticam manifestações espontâneas de grande significado ao turismo. É

preciso estudá-las adequadamente para melhor aproveitamento do roteiro turístico, organizando o tripé: natureza, cultura e lazer. Nesse Estado há várias modalidades de turismo, isto é, religioso, histórico, cultural e o ecoturismo, as quais conferem a muitos municípios goianos, dinamismo econômico e populacional. Porém, apenas algumas localidades são concebidas e priorizadas pelas políticas de turismo, e atualmente são essas especialidades que recebem investimentos técnicos e financeiros do Ministério do Turismo.

Desse modo, para compreender a atual realidade das políticas de turismo em Goiás, faz-se necessário retornar a década de 1960, onde Almeida (2002: p. 200-202) cita que somente a partir desse período a Empresa Brasileira de Turismo - Embratur e o Plano Nacional do Turismo (PNT) tiveram repercussões animadoras. Entretanto, apenas no governo de Leonino Caiado (1970-1976) foram adotadas medidas para tornar o turismo instrumento de desenvolvimento social e econômico. Nesse governo foi criado o Departamento de Turismo (Detur) e, pelo Decreto 188, de 19/07/1971, criou-se o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT). Definiram-se as vocações e potencialidades goianas, em que mencionado Grupo



limitou-se a recomendar a implementação do turismo nas regiões do Araguaia, Caldas Novas e nas cidades históricas de Goiás e Pirenópolis.

Em 1972 o Detur transformou-se em Goiastur (Empresa Goiana de Turismo), que existiu até 1999 dando lugar a Agetur (Agência Goiana de Turismo). A Goiastur consistia em uma diretoria subordinada à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, com uma superintendência de promoção de eventos e outra de operações.

Na década de 1980, o governo de Ary Valadão (1979-1982) procurou dinamizar o turismo com estímulos à iniciativa privada, assumindo com empresários o compromisso de intensificar a divulgação nacional e internacional, elegendo as regiões do Araguaia, Caldas Novas, Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Formosa. A administração seguinte dá continuidade às ações com a assinatura do protocolo de intenção entre a Goiastur e Embratur. Em 1988, a Goiastur se incumbiu de fomento e fiscalização das iniciativas, planos, programas e projetos pertinentes ao seu campo de atuação. Esse período caracterizou pela promoção de eventos e participação em festas, campeonatos e feiras. No ano de 1993,

essa atividade é fortalecida, onde as políticas apoiaram-se na instituição estadual Goiastur, nas empresas privadas, Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (Abav), Sindicato dos Empregados do Turismo (Sindetur), Sindicato dos Gerentes Empresarias do Turismo (Singetur) e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhorbs).

Para Almeida (2002, p. 202-203), apesar do turismo histórico e cultural ser ressaltado nas cidades de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Trindade e Muquém, as duas últimas com as festas e romarias, era o turismo verde e o favorecimento de equipamentos turísticos nas regiões de águas termais do Rio Quente e Caldas Novas que atraíam maiores incentivos públicos e privados, onde a intenção se fazia cada vez mais presente no setor. Almeida prossegue (2001, p. 204) afirmando que através do projeto intitulado “Criação de Quatro Pólos Indicadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional”, o PED desenvolveu-se em Goiás sob a égide do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), selecionando para esse projeto os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos.



Sintetizando esse processo histórico, pela Lei 13.550, de 11/11/1998, foi criada a Agetur (Agência Goiana de Turismo), dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio, e com a responsabilidade pela execução da política turística goiana e pela interlocução com o projeto de regionalização do turismo Roteiros do Brasil. Diante do novo ordenamento, as competências da Agetur privilegiaram o fortalecimento/crescimento do turismo, fomento do respectivo desenvolvimento e os procesos socioeconômicos, cultural e técnico-científico. Outras funções do órgão são pesquisar fontes de financiamento na esfera federal, de organismos internacionais, públicos ou privados, manter banco de dados da atividade turística, com vistas a divulgar/promover o surgimento de novos empreendimentos, e planejar/desenvolver programas e projetos em articulação com os organismos públicos ou privados. Atualmente esse órgão se responsabiliza pelo acompanhamento das nove regiões turísticas do estado, as quais, com os respectivos municípios de abrangência são:

- **Região Negócios** = Anapólis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Inhumas, Hidrolândia e Trindade

- **Região Ouro** = Cidade de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis
- **Região Nascentes do Oeste** = Acreúna, Iporá, Ivolândia, Paraúna, Sanclerlândia e Palmeiras de Goiás
- **Região Agroecológica** = Aparecida do Rio Doce, Chapadão de Céu, Mineiros e Serranópolis
- **Região Águas** = Caldas Novas, Lagoa Santa, Quirinópolis, Rio Quente, São Simão e Três Ranchos
- **Região dos Engenhos** = Cristalina, Luziânia, Novo Gama, Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás
- **Região da Reserva Biosfera de Goyaz** = Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Formosa e Posse
- **Região do Vale da Serra da Mesa** = Minaçu, Niquelândia, Pilar de Goiás, Porangatu e Uruaçu
- **Região do Vale do Araguaia** = Aragarças, Aruanã, Crixás, Jussara e Britânia

Por outro lado, à diretoria de desenvolvimento turístico da Agetur, cabe executar as atividades relacionadas com a aplicação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários nos programas e projetos, com vistas a dinamizar a oferta e demanda do turismo. Além disto, possui alçada para o estabelecimento de regras e procedimentos visando



o aproveitamento da gestão das potencialidades turísticas, levar adiante estudos de viabilidade econômica, analisando estratégias de implantação de projetos, coletar/organizar/manter/disponibilizar informações do segmento do turismo, desenvolver e aprimorar os instrumentos técnicos necessários à obtenção de dados e padronizações de serviços e produtos turísticos, além da análise de oportunidades de mercado para definição de metas e objetivos mercadológicos.

Perante essa realidade, continua-se focando as políticas de turismo para o potencial ecológico goiano. Exemplo é a colocação de Lannes (2005: p.19), destacando que a “Região das Águas é roteiro de grandes atrativos naturais, com cachoeiras, nascentes e lagos”. Na mesma linha, Coutinho (2000: p. 91-92), quando apresenta as atrações turísticas de Chapadão do Céu, destaca: “Canyon do Rio Sucuriú, Poço do Aspume, Salto I do Rio da Prata, Morro do Pião/Serra Azul, Parque Nacional das Emas e Balneário da Ponte”. Nos municípios de Lagoa Santa e Itajá, Coutinho (pp. 145-146) cita as Termas Lagoa Santa, santuário ecológico, com fontes naturais sulfurosas muito procuradas por turistas nacionais e internacionais, o Saltinho do Corrente, as Termas Lagoa do Brás e o

Rio Paranaíba. Complementarmente, as manifestações da cultura, no cerrado goiano, são pontualmente percebidas pelos gestores das atividades público-privadas do turismo, pois aparentemente, não existe maior valorização das paisagens culturais e do patrimônio material e imaterial do cerrado.

Roraima: o exotismo e a o turismo aventureiro

O Estado de Roraima se situa no extremo Norte do Brasil (área de 224.298,98 km² correspondendo a 5,84% da região Norte e 2,64% do Brasil). Cravado na imensidão da região amazônica, é considerado como síntese da diversidade ambiental e humana da Amazônia, dotado de belezas naturais exuberantes, com cobertura vegetal constituída por três ecossistemas diferentes: floresta, cerrados e as campinaras. Na vocação turística, que necessita ser mais bem explorada, objetiva ao crescimento e desenvolvimento sustentável permitindo gerar emprego e renda, devendo integrar-se ao programa de regionalização e políticas públicas do Governo Federal.

A mistura de etnias é a base da cultura e da gastronomia roraimense. Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2005) demonstram



que, em Roraima, existem cerca de 41.735 indígenas. No Estado estão presentes imigrantes de diversas regiões brasileiras. Aliás, o vocábulo Roro-imã, possui interpretações diversas: na língua dos povos Macuxi, significa *monte verde* e para os índios Pemon e Taurepang, quer dizer *mãe dos ventos*. Essas diferenças expressam a diversidade de troncos lingüísticos. Roraima possui múltiplos atrativos, porém a atenção se volta à mata amazônica, considerada a maior floresta equatorial do mundo.

Dotada de ecossistema cheio de contrastes, há necessidade de estudos para o levantamento da fauna, além do que, por estar cravado na floresta amazônica, a flora permite variedade de frutos.

O Rio Branco, formado pela união dos rios Uraricoera e Tacutu, é a principal bacia hidrográfica, com destaque à pesca esportiva. Na chamada fronteira tríplice (Brasil, Venezuela e Guiana), um complexo paisagístico detentor de flora e fauna riquíssima e beleza exuberante está o Monte Roraima. Com área de 116.000 ha, perímetro de 300 km, relevo aplainado e bordas escarpadas, apresenta clima tropical, quente e úmido, com variação de temperatura entre 24°C e 26°C. Por outro lado, a proximidade com o Caribe, a Venezuela e o estado do Amazonas explica a predominância na origem dos turistas que chegam ao estado.

Quadro 1.

Estado de Roraima - Procedência dos Turistas: 2009

País de Procedência	%	Estado Brasileiro de Procedência	%
Venezuela	4%	Amazonas	42%
França	16%	São Paulo	17%
Estados Unidos	8%	Distrito Federal	8%
Suíça	3%	Pará	4%
Guiana Inglesa	2%	Rio de Janeiro	4%
Outros	15%	Outros	15%

Fonte: SEPLAN-RR, Indicadores de Turismo em Roraima 2009



Apesar de o governo brasileiro incentivar a regionalização do turismo, integrando lugares e ampliando os destinos turísticos, a singularidade da Amazônia com a inestimável riqueza biológica que lhe compõe, ainda não faz parte do circuito turístico do Brasil, especialmente em Roraima que possui dificuldades de crescimento e desenvolvimento econômico, situação esta não diferente em outros lugares do Brasil. Para o Diretor do Departamento de Turismo do Governo de Roraima, Alex Viana (2009: p. 06), o Ministério do Turismo integrado com o Serviço de Apoio a Pequenas e Micro Empresas – SEBRAE Nacional está executando o Projeto Roteiro Integrado Amazonas/Roraima pela BR 174 cujo benefício desta rota possibilitará a permanência de pessoas dentro da programação das localidades que nela estejam envolvidas.

As políticas de desenvolvimento de Turismo no Estado de Roraima são implantadas e incentivadas pelo Departamento de Turismo – DETUR ligado à Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Roraima – SEPLAN. Segundo Mill e Morrison (1985, citado por Hall, 2001: p. 188 a 190) os governos podem incentivar o turismo de três maneiras:

- Incentivos financeiros como empréstimos a juros subsidiados ou reservas para amortização sobre acomodações para turista; Patrocínio de pesquisas que beneficiem a indústria do turismo em geral e não organizações ou associações específicas individuais;
- Marketing e divulgação - geralmente voltada para a geração da demanda turística, embora também possa assumir a forma de divulgação de investimentos, visando estimular os investimentos de capital em atrações e instalações turísticas.

No Estado de Roraima segundo o atual governador José de Anchieta Júnior:

O pulmão do mundo respira, por exemplo, turismo, um dos principais fatores de desenvolvimento econômico do planeta. No entanto, apesar desse potencial, os recursos destinados ao setor, no País, são carreados mais para os estados litorâneos, como se o Brasil, belo e agradável de se viver, se restringisse às paradisíacas praias de nossa costa. (*Folha de Boa Vista*, Año XXIV, s/p).

O desafio do governo roraimense para alavancar economicamente o turismo está na questão indígena. Mais de 40% da superfície territorial



do estado corresponde a áreas indígenas, destacando-se Truaru, Serra da Moça, São Marcos e a Raposa Serra do Sol (esta ocupa 1.747.465 há. do estado!).

Essa peculiaridade é desafio para que se fomentem políticas públicas ao turismo, pois deve haver o despertar para o desenvolvimento do turismo ecológico nas áreas indígenas, contribuindo ao desenvolvimento sustentável dessas comunidades, bem como permitindo maior difusão do estado. Importante ressaltar que segundo Heck, Loebens e Carvalho (2005) na região Amazônica vivem cerca de 180 povos indígenas, somando uma população aproximada de 208 mil indivíduos, além de 357 comunidades remanescentes de quilombolas e milhares outras comunas de seringueiros, ribeirinhos ou babaqueiros.

Para que aflorem resultados positivos em relação ao ecoturismo indígena e valorização da cultura faz-se necessária elaboração de políticas públicas que regulamentem, normalizem e incentivem a prática do etnoturismo (o turismo indígena) junto às comunidades indígenas.

Desta maneira serão identificadas as necessidades e potencial turístico viabilizando os aspectos econômicos,

social, ambiental, resgatando e preservando a cultura e o território dos silvícolas. Destacam-se com possibilidade de exploração turística nessas áreas a Pedra Pintada (município de Pacaraima) e o Lago Caracaranã (município de Normandia). Sobre o último, Magalhães afirma que

...rodeado de cajueiros nativos com pseudofrutos vermelhos e amarelos tão gostosos de saborear, engasta-se por arte divina, o majestoso lago, como um imenso espelho redondo de cristal a transportar um pedaço de céu, rendilhado de nuvens, para o chão roraimense (1997: p. 70).

Já quanto à Pedra Pintada argumenta que representa, talvez, uma parte da história universal e, particularmente do Brasil, com hieróglifos, até hoje indecifrados, conservando em segredo, a memória de tempos não mais lembrados.

Para o Ministério do Turismo (2006) o turismo Étnico constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade das etnias representadas. Segundo Oliveira (2007: p. 88) a troca de experiência entre as populações indígenas pode ser considerada como um intercâmbio que



ocorre no sentido econômico, político, cultural e ambiental e defende a proposição de que a inclusão social dessas populações contribui para o aumento dos fluxos turísticos.

Em Roraima é necessário que os recursos naturais sejam valorizados, de maneira que a atividade turística passe a ser ingrediente de transformação no processo e faça com que possam ser preservados e protegidos. Barros (2000: p. 90) demonstra que todos cobram do Brasil um posicionamento sobre o que está sendo feito com esses recursos, pois o país é guardião de um dos maiores patrimônios naturais do mundo.

Nas estratégias do processo de regionalização, o espaço territorial do estado roraimense pode oferecer beleza cênica como a Serra da Mocidade no Município de Caracarái, uma unidade de conservação com grande potencial para o turismo ecológico, a Serra do Tepequém no Município de Amajari com cerca de 1.150m de altitude que permite um visual de tirar o fôlego, a Serra Grande no Município de Cantá, aonde para se chegar ao topo a trilha dura cerca de 4 horas, e, no Município de Uiramutã, o Monte Caburaí, com cerca de 1.465 m de altitude e considerado o ponto mais alto ao norte do

Brasil. Na seqüência, relativamente a parques ecológicos, destacam-se o Parque Nacional do Viruá e Estação Ecológica de Niquiá (Município de Caracarái), esta integrante do projeto quelônios, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama, para preservação de espécies como tartarugas e tracajás e, no Município de Alto Alegre, a Estação Ecológica de Maracá.

Em síntese, Roraima é região de fronteiras nacionais e internacionais e, conforme Carvalho (2007: p.100), fronteira é muito mais do que a separação física entre países. Há implicações de conceitos entre bem e mal, entre certo e errado e, até entre razão e emoção. No solo roraimense não se pode deixar que o crescimento/desenvolvimento fiquem desacreditados e a mistura étnica dos que aí convivem perpassa pela necessidade de integração entre as diversas esferas governamentais e organismos internacionais, mormente no campo do turismo.

São Paulo: turismo de negócios e busca pelo turismo ambiental

O estado de São Paulo é a locomotiva da nação brasileira. Com uma população estimada em 42 milhões de habitantes (22% do total da



população do país) e área de 248,2 mil km² (cerca de 3% do território nacional), a densidade demográfica é de 169,2 habitantes/km² (Brasil = 22,5 habitantes/km²). A capital paulista, metrópole cosmopolita que ergue e constrói riquezas, é a maior cidade do país, abrigo de cerca de 12 milhões de habitantes com densidade demográfica de 7.870 habitantes/km². Ademais, o estado responde por cerca de 33% do PIB do país (somente a capital representa 15% do PIB nacional, ou cerca de US\$ 16.800/ano e hoje a 10^a. cidade mais rica do mundo).

Com toda a potencialidade do estado paulista e o porte de grande metrópole que caracteriza a capital paulistana, aliás, bem colocado por Cruz (2007, p. 37-38), esta região brasileira tem inquestionável proeminência na geografia do turismo como importante pólo receptor de viajantes e local de trânsito que abriga turistas. Afinal os aeroportos paulistas recebem 70% dos voos internacionais do Brasil funcionando, inclusive, como “hub” de distribuição comercial de longo alcance. Os turistas que chegam ao estado se aproximam de 11.500.000/ano (33% dos quais americanos ou europeus).

As conotações do estado, e particularmente da capital, são espantosas inclusive no contexto da América Latina. Segundo compilação de Maciel (2010: p. 68), a “cidade de São Paulo, tradicionalmente reconhecida como capital do trabalho é mais do que uma escala rápida e não é apenas ver vitrinas e comer bem”. Prossegue o autor evidenciando que 30% das viagens realizadas ao estado são a negócios, visto ai se localizarem 63% das multinacionais e a metade das maiores empresas privadas do país, concentrando pólos de aeronáutica (São José dos Campos e São Carlos) e tecnológico (Campinas e São Carlos). Sedia 95% das principais agências de publicidade e é centro financeiro e comercial de decisão na América Latina.

Complementarmente, além de ser o local onde acontecem 75% das maiores feiras anuais de negócios do país e se registrem 90.000 eventos/ano (um a cada seis minutos compreendendo shows em praça pública, festas de formatura/casamentos, encontros científicos e de negócios), é significativo o número de viajantes que chegam ao estado em busca de algum tratamento médico. Não obstante existam centros de referência na medicina espalhados pelo interior, a capital paulista



é um “cluster” na área de saúde, pois sozinha cataloga 105 hospitais (17 com certificação internacional) e 9.000 clínicas, incluindo as para tratamento estético.

Ao conjunto, acrescenta-se a diversidade cultural reconhecida por Cruz (2007, p. 39) e Maciel (2010, P. 68). Esta se apoia em mais de 150 instituições de ensino superior, 71 museus, 120 teatros, 40 centros culturais, várias casas de espetáculo, mais de 40 festas populares (relevância para corrida pedestre de São Silvestre, parada do orgulho gay, marcha com Jesus, corridas de carros da Fórmula Indy e da Fórmula 1, peão do boiadeiro - Barretos e a feira da primavera - Holambra).

A cidade de São Paulo é a segunda do mundo em bares/restaurantes (são aproximadamente 13.000 de todas culinárias possíveis e imagináveis sendo a cidade mais italiana fora da Itália, mais japonesa fora do Japão e a mais portuguesa fora de Portugal) e 70 shoppings centers, além de lojas de grife (Tiffany's, Bulgari, Louis Vuitton, Montblanc, Revendas Ferrari, Rolls Royce e Jaguar, entre outras).

As atividades turísticas estaduais estão sob a responsabilidade da

Coordenadoria de Turismo, órgão vinculado a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo (criada pelo Decreto 51.464, de 01/01/2007). O objetivo/missão da entidade consiste em consolidar o estado de São Paulo como produto e destino turístico, determinando diretrizes para fomentar e desenvolver o turismo sustentável, visando proporcionar a geração de postos de trabalho, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida da população. É composta por três diretorias técnicas (Operação e Atividade, Pesquisa e Planejamento e Serviços de Informações), atua através de 14 delegacias regionais espalhadas pelo estado, conta com o suporte de oito conselhos regionais e do Conselho Estadual de Turismo.

Adequando-se à filosofia de que hoje o turismo deve preocupar-se com a preservação ambiental, adequando-se a padrões internacionais de qualidade e formação intensiva de profissionais qualificados em todos os níveis, possibilitando a operação e a gestão de serviços turísticos, a Coordenadoria de Turismo de São Paulo, incentiva 12 programas dentro do que denominou *Turismo de Paulista para Paulista*. Estes programas contemplam negócios, história, lazer/entretenimento, aventura, cultura, litoral, saúde, família,



esportes, compras, gastronomia e ecologia. Desta forma cobre a maior parte das potencialidades oferecidas pelo Estado.

Mencionados programas contam com roteiros devidamente mapeados, são incentivados pelo órgão governamental e abrangem número significativo de localidades. Geralmente rotulados de *circuitos*, são:

- **Caminhos do Tietê** = Barra Bonita, Igarapu do Tietê, Dois Córregos, Jaú, Itapui, Pederneiras e Bariri
- **Costa da Mata Atlântica** = Bertoga, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande e Santos
- **Circuito Chapada Guarani** = Brotas, Itirapina, Torrinha e São Pedro
- **Circuito da Mantiqueira** = Campos do Jordão, Monteiro Lobato e São José dos Campos
- **Circuito Águas Paulista** = Amparo, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Águas de Lindóia e Serra Negra
- **Circuito das Frutas** = Indaítuba, Itatiba, Jarinu, Louveira, Valinhos e Vinhedo, Atibaia e Jundiá
- **Circuito de Aventura & Lazer** = Apiaí, Capão Bonito, Ribeirão Grande e São Miguel Arcanjo
- **Circuito dos Lagos** = Aramina, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Pedregulho e Rifaina
- **Circuito entre Serras e Águas** = Atibaia, Bragança Paulista, Guarulhos, Jarinu e Mairiporã
- **Circuito Litoral Norte Paulista** = São Sebastião e Ilhabela
- **Circuito Rota do Guarani** = São José do Rio Preto, Bady Bassitt, Bálsamo, Buritama, Ibirá e Olímpia
- **Circuito Turístico da Capital** = São Paulo
- **Circuito Turístico Ituparanga** = Ibiúna, Cotia, Ibiúna, Marinque, São Roque e Votarántin
- **Circuito Caminhos do Centro-Oeste** = Agudos, Avaí, Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras
- **Circuito Turístico Oeste Rios** = Iepê, Martinópolis, Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Rosana, Santo Expedito e Teodoro Sampaio
- **Circuito Vale Histórico** = Araçoiaba, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras
- **Pólo Cuesta** = Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Paranapanema, Pardinho, Pratânia e São Manuel
- **Rota Caminhos da Liberdade** = Guaratinguetá, Tremembé,



- Lorena, Cruzeiro, Taubaté, Babanal, São Bento do Sapucaí, Ubatuba, Ilhabela
- **Roteiro das Fazendas Históricas Paulistas** = Cajuru, Campinas, Dourado, Itu, Jaú, Limeira, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes e São Carlos
 - **Roteiro Turístico Religioso** = Aparecida do Norte, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá
 - **Taipa de Pilão** = Embu das Artes e Itapeverica da Serra
 - **Circuito Cultural Caipira** = Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, Silveiras e São José do Barreiro
 - **Roteiro dos Bandeirantes** = Araçatiguama, Cabreúva, Itu, Pirapora do Bom Jesus, Porto Feliz, Salto, Santana do Parnaíba e Tietê
 - **Caminho da Fé** = Aparecida do Norte, passando por Campos do Jordão, Águas de Prata, Andradas, Mococa, Santa Rita do Passa Quatro até chegar a Descalvado

Por último, no estado de São Paulo, além de a quase totalidade dos municípios contarem com órgão responsável pelo turismo, seja departamento, agência, empresa, secretaria, coordenadoria, companhia ou

fundação, os tipos de turismo ecológico, aventura, esportivo, e cultural estão cada vez mais disseminados e explorados. A preservação do meio ambiente é encorajada, incentivada e pode-se afirmar, neste particular, existir conscientização crescente beneficiando a coletividade como um todo. Com efeito, demonstrações factuais são a abertura de trilhas para caminhadas sem destruir a vegetação, a reciclagem de lixo/uso de energia solar/reaproveitamento da água em pousadas, hotéis e estabelecimentos do gênero, além da preocupação e contribuição em prol da manutenção de limpeza em praias, cachoeiras e correlatos.

Considerações finais

A atividade turística é agente ativo do processo de mundialização fazendo parte de uma série de serviços complexos, multifacetados e sofisticados como hospitalidade, entretenimento, gastronomia, cultura, lazer, esportes, reconhecimento e preservação do meio ambiente. Não se coaduna com conhecimento preconceituoso, mas, sim, com ideais elevados de qualidade, pensamento aberto, dinâmico e global (Panosso Netto e Trigo, 2009: p. 201). Foi comungando com este pressuposto que este trabalho foi idealizado de



maneira a mostrar as potencialidades de três regiões distintas - Goiás, Roraima e São Paulo - inseridas em país de dimensões continentais e diversificadas como é o Brasil.

As três realidades abordadas voltam-se, dentro das peculiaridades de que são revestidas, ao crescimento do turismo reivindicando que inclusive mais atenção do Ministério do Turismo em prol da construção de uma autêntica indústria setorial e não que se limite a apenas fomentá-lo.

Impõe-se seja pensada a concepção de um plano nacional de turismo para 15 ou 20 anos, pois planejamento e projetos de médio e longo prazos são essenciais na viabilização de políticas públicas em qualquer área e, particularmente, nesse setor da economia nacional.

Em alguns casos, principalmente no norte país a infraestrutura precisa ser melhorada e a qualidade dos serviços, embora melhor do que no passado, ainda não é a ideal. A violência que assola o país igualmente deve merecer particular atenção pelos efeitos negativos que acarreta ao exercício da atividade turística. O turismo sustentável necessita prosseguir objetivando a minimização do impacto ambiental e sociocultural e promovendo

benefícios econômicos aos que na atividade se inserem. Concluindo, concordando com Beni (2007: p.18), é relevante posicionar se o:

turismo é uma universidade aberta em que o viajante nunca se gradua, é um templo onde o suplicante cultua mas nunca vislumbra a imagem que venera, é uma viagem com destino sempre à frente mas jamais atingido, Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros.

Referências bibliográficas

- Almeida, Maria G. (2002). "Políticas de turismo e delineamento do espaço turístico goiano". in: **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, pp.197-222.
- Anchieta Júnior de, José. "Desenvolver sem Agredir". *Folha de Boa Vista* (Ano XXXIV). Em: WWW.folhabv.com.br/Noticia-Impresa
- Barros, José R.M. e Barros, Maria C. M. (2009). "São Paulo: novo surto de expansão". *O Estado de São Paulo*. 14/10
- Barros, M. Silvio (2000). "Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo". in: Lage, Beatriz, G.H. & Milone, Paulo C. (Org.). *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas



- Beni, Mário Carlos (2007). *Colecionando destinos: viagens, percepção, imaginário e experiências*. São Paulo: Editora SENAC
- Braga, Débora C. (2005). *À margem das feiras de negócios: uso do tempo livre do turista em São Paulo*. Tese Doutorado. São Paulo: Faculdade Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo
- Brasil. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (2009). *Anuário Estatístico Estadual 2009*. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR
- Brasil. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. *O número de índios no Brasil 2005*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/indio/numeros.html>
- Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (2004). *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil – Diretrizes Operacionais*. Brasília
- Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo (2006). *Turismo Cultural - Orientações Básicas*. Brasília: Ministério do Turismo
- Brasil. Presidência da República (2003). *Lei 10.683, de 28/05/2003*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683compilado.htm
- Carvalho, Aildon D. (2007). *Os caminhos que percorreram a Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Técnica
- Parque de material de eletrônica da aeronáutica
- Coutinho, N. A. (2000). *Guia turístico, histórico e cultural do Estado de Goiás e seus Encantos*. Goiânia (GO): Redentorista Cruz, Rita C. A. (2007). *Geografias do turismo - de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca
- Cunha, L. (2006). *Economia e política do turismo*. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo
- De Chiara, Marcia (2009). "Turismo vai crescer o dobro do PIB". *O Estado de São Paulo*. 11/07, p. B13
- Della Monica, L. (1999). *Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado*. São Paulo: Global "Desenvolver sem Agredir" (2009). *Folha de Boa Vista*. 22/12. Disponível em: http://www.portal.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1613&Itemid=165
- Fellini, Lourdes (1983). *Turismo: uma atividade municipal*. Porto Alegre: Editora Est
- Freitas, Aimerê (1998). *Estudos Sociais - RORAIMA: Geografia e História*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora
- Governo do Estado de São Paulo (2007). *Decreto 51.464, de 01/01/2007*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/158514/decreto-51464-07-sao-paulo-sp>
- Guia Turístico - Ecológico, Histórico e Cultural de Roraima - 2009*



- Hall, Colin Michael (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto
- Henriques, E. B. (1996). *Lisboa turística - entre o imaginário e a cidade*. Lisboa: Check, Egon, Loebens, Francisco e Carvalho, Priscila D. (2005). *Amazônia Indígena: Co18*
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. *A fauna no município de Boa Vista*. IBAM: produto 7 - Diagnóstico Municipal Integrado. Disponível em http://www.boavista.rr.gov.br/produtos/produto7/05_DiagInt_Fauna.PDF
- Lannes, B. et all (2005). “Regiões Turísticas”. *Jornal de Turismo: salão do turismo – o mundo de olho no Brasil*. Rio de Janeiro, No. 01, Julho, pp.16-50
- Maciel, Luiz (2010). “São Paulo: metrópole cosmopolita que ergue e constrói riquezas”. *Jornal Valor - Especial Turismo*. Junho, pp. 68-71
- Magalhães, Dorval (1997). *Roraima: Informações Históricas*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Projefilm
- Oliveira, Vanderlei Mendes de (2007). *Turismo, Território e Modernidade: Um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)
- Panosso Netto, A. e Trigo, L. G. (2009). *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo: Aleph
- Veiga, Edison e Carpitelli, Marici (2010). “Turismo cresce 30% e São Paulo tem até ‘tour verde’”. *O Estado de São Paulo*. 07/08, p. C7
- Viana, Alex e Duarte, Lucyara (2009). “O Turismo cada vez mais forte”. *Empreendedorismo & Negócios*. Ano II, No. 6.
- Vieira, João Martins (1997). *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa (Portugal): Biblioteca de Economia e Empresa, Publicações Dom Quixote
- Rubino, Silvia (2004). *Políticas Públicas de Turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Anhembi
- Morumbi. Disponível em http://www2.anhembi.br/publicue/media/silvianquistas_e_Desafios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24091.pdf> olibri

